

IVANETE ZUGOLARO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE BIRIGUI-ESTADO DE SÃO PAULO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI
Diretoria de Materiais

Certifico que recebi este expediente na
Diretoria de Materiais às 15 : 40 h
do dia 14 / 02 / 2019.

Servidor Responsável

Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade.
(Aristóteles)

Referente ao Pregão Presencial n 003/2019

ENGLISH FOR LIFE LANGUAGES LTDA ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 04.939.684/0001-42, com sede na Rua Ribeiro de Barros, 2621, Centro, em Birigui, CEP: 16.200-071, representada pela sócia proprietária **AMÉLIA LOURENÇO ROMÃO RAMIREZ**, portadora do CPF sob n 031.810.328-16, e do RG sob n 12.665.062-SSP/SP, residente e domiciliada à Padre Geraldo Goseling, 1242, Residencial Luiz Doná, Bairro Jardim Pérola, em Birigui-SP, por sua advogada(doc. incluso), com fundamento no art. 109, inciso I, alínea "a" da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, inconformada, vêm interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão desta digna Comissão de Licitação que a **INABILITOU** no processo licitatório em epígrafe, pelos motivos de fato e de direito expostos a seguir:

DOS FATOS

No dia 12 de Fevereiro de 2019, as 08:00hs da manhã, reuniu-se na seção de licitação, situada na Rua Santos Dumont, 28, centro, em Birigui-SP, o Pregoeiro designado, Ênio Nicolau Linares Garcia e a respectiva Equipe de Apoio, integrada pelos membros Franciely Muller da Silva, Flavio Zancan e Claudia Souza Ramos, para realização da Sessão pública de Licitação do Pregão supracitado.

Rua Ribeiro de Barros, 1649, jardim Boleli, Birigui-SP Fone(18) 3642-4835 – (18) 99781-4731 – e-mail ivanetezugolaro@hotmail.com

IVANETE ZUGOLARO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Deu início ao credenciamento dos representantes das empresas participantes; 1- **ENGLISH FOR LIFE LANGUAGES S/C LTDA-ME**; 2- **CONTRERA CURSOS DE IDIOMAS EIRELLI-EPP**; 3- **ANDRE GUSTAVO COSTA GONÇALVES & CIA LTDA-ME**.

Em relação ao credenciamento da **empresa ANDRE GUSTAVO COSTA GONÇALVES & CIA LTDA -ME**, observou-se que no Contrato social apresentado pela empresa, em momento algum, aponta o objeto compatível ou mesmo similar ao objeto do presente certame, foi descredenciada. A ora Recorrente foi considerada habilitada, e por atender as especificações contidas no edital e a análise da conformidade das propostas.

Aberta a etapa de lances com as ofertas, tendo sido realizadas pelas empresas participantes conforme mapa de lances anexada ao processo. Finalmente encerrada a etapa de negociação, foi aferida a regularidade da empresa que ofertou o menor preço para os itens que constituem o objeto do certame, qual seja, a Empresa ora Recorrente.

Conforme resultado de julgamento de habilitação do **PREGÃO PRESENCIAL Nº003/2019**, esta digna Comissão de Licitação julgou inabilitada a ora Recorrente, por não ter apresentado a certidão negativa de débitos Estadual constante no item 7.12.2.4 alínea B e também não houve apresentação da Certidão negativa de Falência.

O Pregoeiro, a fim de demonstrar os documentos necessários, entrou no sistema de computadores e visualizaram as certidões, constatado a regularidade fiscal Estadual e de Falência, somente não imprimindo e juntando.

Em ato contínuo procedeu-se a negociação com a empresa proponente melhor classificada, indagando se a mesma faria o mesmo preço, no que foi confirmado pela **Contrera cursos de idiomas Eireli – EPP**.

Desta forma, adjudicou a empresa **Contrera cursos de idiomas Eireli – EPP**.

Ocorre que ao participar do certame no ato do credenciamento a Recorrente declarou que se enquadrava na condição de MICROEMPRESA, podendo gozar dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 de 14 de Dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014.

IVANETE ZUGOLARO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Requeru ao Pregoeiro que verificasse as certidões no site, o que foi feito, porém alegou que não poderia imprimir e juntar naquele ato, contudo, foi requerido em ata o prazo para juntada de referidas certidões, pois estava apta a participar.

A recorrente manifestou o interesse no recurso para juntada das certidões, bem como que o preço ofertado para a execução do serviço pela vencedora é supostamente inexequível, onde na oportunidade solicitou a vencedora presente planilha de composição dos preços.

Suspenso o processo licitatório, para apresentar as razões de recurso.

Estes os fatos.

Note-se Nobre Pregoeiro, que mesmo havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte (ME ou EPP), será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para regularização do documento exigido conforme dispõe o art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006 de 14 de Dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de Agosto de 2014.

Desse ponto, a decisão administrativa ao inabilitar a Recorrente violou os Princípios da Legalidade e Razoabilidade, ate porque a mesma manifestou em sanar o vicio no prazo estipulado pela a Lei acima citada.

Esta também é a posição de Marçal Justen Filho: Conjugando-se os arts 42 e 43, resulta evidente que a vontade do legislador consiste em submeter o licitante a apresentar, desde logo, toda a documentação atinente à regularidade fiscal. O art. 42 não significa dispensa da apresentação da documentação, mas apenas que o licitante não será excluído do certame se houver algum defeito. Certamente iluminou-se o assunto com o artigo 4º do Decreto 6.204/2007, que traz redação bem mais adequada, ao estabelecer que a comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação e não como condição para participação da licitação. Sendo assim, não obstante os méritos desta Comissão de Licitação, a sua decisão de inabilitação da ora Recorrente pelos motivos anteriormente expostos está a merecer reforma, eis que houve uma interpretação desarrazoada da Lei nº 8.666/93, em que a entidade licitante interpretou de forma desproporcional as exigências constantes do instrumento convocatório.

IVANETE ZUGOLARO

ADVOGADOS ASSOCIADOS

**DA VERBALIZAÇÃO PELA VENCEDORA QUE A EXECUÇÃO DO
CONTRATO SE TORNAVA INEXEQUÍVEL:**

A empresa Contrera Cursos de Idiomas Eireli-EPP, que adjudicou o certame, já havia declinado dos lances, pois considerou inexequível pelo valor do lance dado pela Recorrente, que foi a vencedora, só não tendo sido vencedora por causa da falta das certidões Estadual e de Falência, contudo foi verificado pelo pregoeiro a regularidade fiscal no momento, e ora se junta, a fim de comprovar.

Desta forma, fica requerida a planilha de composição de preços pela vencedora, que não conseguiu executar o certame adjudicado, pois já havia declinado por ser inviável.

Sendo certo que o contrato, se firmado com a adjudicante, não será executado, devendo, pois, ser anulado o certame, para que outro seja procedido.

DO DIREITO

A licitação é um procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública e entidades estatais selecionam a proposta mais vantajosa para o contrato do seu interesse, visando sempre à validade da proposta no que se baseia na perfeita observância legal, isto é, se forem cumpridas as condições intrínsecas e extrínsecas previstas na Lei.

Desta forma, deve se primar no certame pela razoabilidade ao se analisar a habilitação de um licitante. Esse é o entendimento majoritário do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Da análise do § 1º do artigo 43 da LC 123/06, em conjunto com o artigo 4º, § 1º, do Decreto federal nº 8.538/15.

Oportuno informar que muitos julgadores (pregoeiros ou comissões), sobretudo aqueles vinculados à Administração Federal, entendem que o disposto no § 1º do artigo 43, da Lei 123/06, permite que no prazo legal sejam regularizados aqueles documentos que tinham restrição, inclusive com a apresentação de novos documentos fiscais não apresentados no envelope de habilitação. Este entendimento decorre da interpretação do artigo 4º, § 1º, do Decreto federal nº 8.538/15 (que revogou o decreto federal nº 6.204/07), no qual a "restrição" não estaria vinculada ao documento em particular, mas à regularidade fiscal como um todo, conforme segue:

"Art. 4º A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

IVANETE ZUGOLARO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

§ 1º Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o caput, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa".

Portanto, a primeira análise é mais restritiva e é resultado da interpretação do art. 43 da Lei Complementar nº 123/06. A segunda análise que interpreta a LC 123/06 em conjunto com o Decreto federal nº 8.538/15 amplia a competitividade ao aumentar o universo de competidores.

Fica claro que a vencedora na disputa de preço, estava regularizada perante o fisco, e por erro do contador, não tinha juntado no ato as certidões, contudo, por ter privilégios as empresas que ME e EPP, e por ter sido constatada a regularidade junto ao fisco Estadual e Falência, através do sistema de informática pelo pregoeiro, deveria ter concedido prazo para a apresentação e ou juntado as certidões no momento.

Sendo certo que a empresa que adjudicou o certame, já tinha declarado que não era exequível o contrato pelo valor do lance dado pela Recorrente, tanto que já havia declinado, bem como apresentando planilha de execução, sendo certo que não conseguirá dar cumprimento ao contrato sem pedir complementação, gerando assim gastos ao erário público.

Da análise do Novo Código de Processo Civil:

CPC 2015

Art. 435 É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapor-los aos que foram produzidos nos autos.

Parágrafo único. Admite-se também a juntada posterior de documentos formados após a petição inicial ou a contestação, bem como dos que se tornaram conhecidos, acessíveis ou disponíveis após esses atos, cabendo à parte que os produzir comprovar o motivo que a impediu de juntá-los anteriormente e incumbindo ao juiz, em

IVANETE ZUGOLARO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

qualquer caso, avaliar a conduta da parte de acordo com o art. 5º.

– “Documentos novos, justificados como tais, podem ser juntados pelas partes a qualquer tempo. É a regra do art. 397 do CPC de 1973, que ocupa o caput do art. 435. O parágrafo único vai além para esclarecer o que pode ser compreendido como documento novo, ressaltando o ônus da parte justificar esta sua qualidade. Importante também é a remissão que o dispositivo faz ao art. 5º e ao princípio da boa-fé lá agasalhado, que deverá conduzir sua análise acerca da oportunidade de trazer, para o processo, o documento alegadamente novo.”. (Bueno, Cassio Scarpinella – Novo Código de Processo Civil anotado/Cassio Scarpinella Bueno. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 299).

Desta forma requer a aplicação do § 1º do artigo 43 da LC 123/06, em conjunto com o artigo 4º, § 1º, do Decreto federal nº 8.538/15, com o Código de Processo Civil de 2015, eis que foi requerido em Ata a juntada das certidões Estadual e de Falência, que seguem inclusas.

DO CABIMENTO DO RECURSO:

O presente recurso esta no prazo legal, eis que foi concedido o prazo de 03 dias, contados da elaboração da Ata, sendo que a ata foi feita em 12 de fevereiro de 2019, e o presente recurso esta sendo protocolado em 14 de fevereiro de 2019, in verbis:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação;
- d) indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
- f) aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico;

III - pedido de reconsideração, de decisão de Ministro de Estado, ou Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, na hipótese do § 4º do art. 87 desta Lei, no prazo de 10 (dez) dias úteis da intimação do ato.

§ 1º A intimação dos atos referidos no inciso I, alíneas "a", "b", "c" e "e", deste artigo, excluídos os relativos a advertência e multa de mora, e no inciso III, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nas alíneas "a" e "b", se presentes os prepostos dos licitantes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

§ 2º O recurso previsto nas alíneas "a" e "b" do inciso I deste artigo terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

§ 3º Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 5º Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

§ 6º Em se tratando de licitações efetuadas na modalidade de "carta convite" os prazos estabelecidos nos incisos I e II e no parágrafo 3º deste artigo serão de dois dias úteis. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994).

DO PEDIDO

Diante de todo o exposto, requer a ora Recorrente, que essa Digna Comissão de Licitação acolha as alegações supra, e reconsidere a decisão vergastada, anule a decisão que declarou vencedora a empresa, habilitando a Recorrente para continuar no procedimento licitatório em apreço, juntando as certidões inclusas, demonstrando assim a regularidade fiscal.

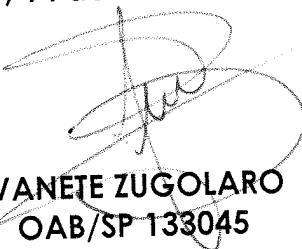
Na eventualidade – desta Digna Comissão de Licitação não reconsiderar a decisão recorrida, requer a anulação do certame, haja vista que se tornou inexecúvel o contrato pela vencedora que havia declinado em razão do valor, pois a planilha anexada por ela não demonstra que se tornará exequível, demonstrando prejuízo para o Erário Público que deverá aditar o contrato futuramente.

Se superado, requer-se que o presente recurso seja submetido à apreciação da Autoridade Superior, na Forma prevista no art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93, a fim de que seja dada uma nova e justa decisão nos estritos termos de seu pedido.


IVANETE ZUGOLARO
ADVOGADOS ASSOCIADOS

**Nestes Termos
Pede Deferimento**

Birigui-SP, 14 de Fevereiro de 2019



IVANETE ZUGOLARO
OAB/SP 133045

ENGLISH FOR LIFE LANGUAGES LTDA ME

Repres/AMÉLIA LOURENÇO ROMÃO RAMIREZ

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

ENGLISH FOR LIFE LANGUAGES LTDA ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 04.939.684/0001-42, com sede na Rua Ribeiro de Barros, 2621, Centro, em Birigui, CEP: 16.200-071, representada pela sócia proprietária **AMÉLIA LOURENÇO ROMÃO RAMIREZ**, portadora do CPF sob n 031.810.328-16, e do RG sob n 12.665.062-SSP/SP, residente e domiciliada à Padre Geraldo Goseling, 1242, Residencial Luiz Doná, Bairro Jardim Pérola, em Birigui-SP,

OUTORGADAS:

IVANETE ZUGOLARO, brasileira, advogada inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil, secção de São Paulo, sob nº. 133.045, portadora do RG sob nº 20.734.141/2, inscrita no CPF/MF 106.723.698-85, com escritório na Rua Ribeiro de Barros, 1.649, Jardim Boleli, em Birigui – SP.

Pelo presente instrumento particular, nomeia e constitui suas bastantes procuradoras as advogadas supra qualificadas, com escritório onde receberão as intimações, a quem outorgam e confere os mais amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula “ad judicium et extra”, para em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal e Órgãos da Administração Pública em geral, propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando de todos os recursos legais, conferindo-lhes ainda poderes especiais para confessar, desistir, impugnar, reconvir, transigir, requerer falência, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação agindo isolada ou conjuntamente com outro advogado, podendo substabelecer a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes.

Birigui - SP, 13 de fevereiro de 2019.


AMÉLIA LOURENÇO ROMÃO RAMIREZ

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALOR
VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1323777126

NOME
AMELIA LOURENCO ROMAO RAMIREZ

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
12668062 SSP/SP

CPF
031.810.328-16

DATA NASCIMENTO
14/09/1961

FILIAÇÃO
FRANCISCO LOURENCO MAC
RADO
JERONIMA MOREIRA MACHA
DO

PERMISSÃO
AB

NP REGISTRO
01983347956

VALIDADE
31/10/2021

**HABILITAÇÃO
11/10/1982

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
BIRIGUI, SP

DATA EMISSÃO
03/11/2016

58908616396
SPB32864943

DETRAN-SP (SAO PAULO)

PROIBIDO PLASTIFICAR
1323777126



Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 04.939.684/0001-42

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 19020059658-55

Data e hora da emissão 13/02/2019 09:03:32

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pfe.fazenda.sp.gov.br



13/02/2019

0560658

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 1560113**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 12/02/2019, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

ENGLISH FOR LIFE LANGUAGES S/C LTDA, CNPJ: 04.939.684/0001-42, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado nº 53/2015.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

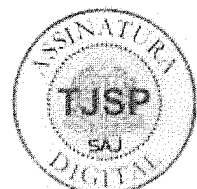
Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2019.

PEDIDO Nº:

0560658





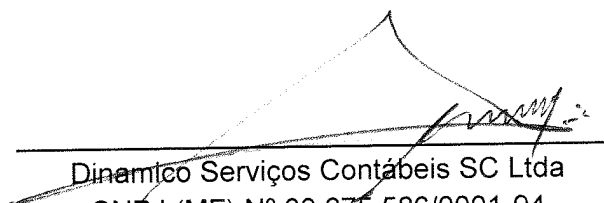
R. Ribeiro de Barros, 262
Centro - Birigui - SP
(18) 3644 1115 / 3644 1015
ccibirigui@gmail.com

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa **ENGLISH FOR LIFE LANGUAGES S/C LTDA**, CNPJ nº **04.939.684/0001-42** é Isenta de Inscrição Estadual em razão do seu ramo de atividade, portanto não sendo obrigada à inscrição no Cadastro de contribuinte junto à Fazenda Estadual.

Enquadrada como Microempresa nos termos previsto na Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizada nos termos da Lei Complementar nº 147/2014 e da Lei Complementar nº 155/2016, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Presencial nº 003/2019, realizado pela Prefeitura Municipal de Birigui/SP, a empresa cumpre plenamente aos requisitos de habilitação.

Birigui, 13 de fevereiro de 2019.


Dinâmico Serviços Contábeis SC Ltda
CNPJ (MF) Nº 00.675.586/0001-94

CAIXA COBRANÇA BANCÁRIA CAIXA

RECLAMAÇÕES E SUGESTÕES	
DISQUE CAIXA	0800 726 0101
OUVIDORIA	0800 725 7474
www.caixa.gov.br	

Cedente EDIFÍCIO RESIDENCIAL LUIZ DONA		CPF/CNPJ 21.281.776/0001-05		Agência / Código do Cedente 0574/570107-4	
Endereço do cedente R GERALDO GOSELING - JD TROPICAL - BIRIGUI		UF SP		CEP 16200253	
Data do documento 11/01/2019	Nº do documento 1002190009	Espécie documento DM	Carteira 01	Data do processamento 11/01/2019	Nosso Número 14/900000000002730-8
Sacado AMELIA L R RAMIREZ - APTO - 23				CPF/CNPJ 031.810.328-16	
Endereço do sacado RUA PADRE GERALDO GOSELING - 1242 - JARDIM PEROLA - BIRIGUI		UF SP		CEP 16200-253	
Sacador/avalista				CPF/CNPJ	

Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):

MULTA DE R\$: 9,46 APOS: 11/02/2019
JUROS DE R\$: 0,14 AO DIA

PROTESTAR APOS 10 DIAS DO VENCIMENTO
CONDOMÍNIO 430,00
FUNDO DE RESERVA 43,00
APOS 10 DIAS SERA PROTESTADO
CONDOMÍNIO REF. 122018

Moeda	Quantidade	Valor	Vencimento	Valor do Documento	Autenticação Mecânica - Recibo do Sacado
R\$			10/02/2019	473,00	

Recebimento através do cheque n.

do Banco

Esta quitação só terá validade após pagamento do cheque pelo Banco Sacado.

CAIXA

104-0

10495.70102 74900.100046 00000.273003 8 77960000047300

Local de pagamento PR RENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS ATÉ O VALOR LIMITE				Vencimento 10/02/2019	
Cedente EDIFÍCIO RESIDENCIAL LUIZ DONA				CPF/CNPJ 21.281.776/0001-05	
Data do documento 11/01/2019				Agência / Código do Cedente 0574/570107-4	
Nº do documento 1002190009		Espécie de docto. DM	Aceite NAO	Data do processamento 11/01/2019	Nosso Número 14/900000000002730-8
Uso do Banco	Carteira 01	Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento 473,00
Instruções (Texto de Responsabilidade do Cedente):					(-) Desconto
MULTA DE R\$: 9,46 APOS: 11/02/2019 JUROS DE R\$: 0,14 AO DIA					(-) Outras Deduções/Abatimentos
PROTESTAR APOS 10 DIAS DO VENCIMENTO					(+) Mora/Multa/Juros
					(+) Outros Acréscimos
					(=) Valor Cobrado

Sacado: AMELIA L R RAMIREZ - APTO - 23
RUA PADRE GERALDO GOSELING - 1242 - JARDIM PEROLA
BIRIGUI

CPF/CNPJ: 031.810.328-16

UF: SP CEP: 16200-253

Sacador/Avalista:

CPF/CNPJ:



Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação

FIT TELECOM EIRELI

R. DIOGO LINARES MORALES, 100

Cep. 16204-436 - Birigui - SP

CNPJ: 10.310.323/0001-35

Beneficiário: **Fit Telecom Ltda**
Ag./Cód. Beneficiário: **0348-4 / 86117 -0**
Nosso Número: **29278650000021382-3**
Nº do Documento: **19MN018731**

Data do Doc.: **26/01/2019**
Espécie Doc.: **DS**
Aceite: **N**
Data Do Proc.: **26/01/2019**

Pagador:

ENGLISH FOR LIFE LANGUAGES LTDA - ME - CCI IDIOMAS**CNPJ : 04.939.684/0001-42****R RIBEIRO DE BARROS, 262 - CENTRO****BIRIGUI****(SP) CEP : 16200071**

Texto de responsabilidade do beneficiário:

SERVIÇOS DE INTERNET

Plano (0) (0) (F) FIT NEGOCIOS 30Mb- (Periodo:10/01/19 até 09/02/19) (R\$ 149,90)
(1) (F) FITFONE FLEX 300- (Periodo:10/01/19 até 09/02/19) (R\$ 14,90)
(1) ASSINATURA IDEC - VOIP- (Periodo:10/01/19 até 09/02/19) (R\$ 15,00)
Telefone Celular DDD- Brasil (76 minutos) (R\$ 54,38)
(2) (F) FITFONE FLEX 300- (Periodo:10/01/19 até 09/02/19) (R\$ 14,90)
(2) ASSINATURA IDEC - VOIP- (Periodo:10/01/19 até 09/02/19) (R\$ 15,00)

Recibo do Pagador

VENCIMENTO
10/02/2019**VALOR DOCUMENTO**
311,98**AUTENTICAÇÃO MECÂNICA****BANCO DO BRASIL** | **001-9** | 00190.00009 02927.865002 00021.382171 7 77960000031198

Local de Pagamento QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO. APÓS, UTILIZE BOLETO NO SITE BB.COM.BR					Vencimento 10/02/2019
Beneficiário Fit Telecom Ltda CNPJ: 10.310.323/0001-35 R. DIOGO LINARES MORALES, 100 - Cep. 16204-436 - Birigui - SP					Agência / Código Beneficiário 0348-4 / 86117 -0
Data do Documento 26/01/2019	Nº do Documento 19MN018731	Espécie Doc DS	Aceite N	Data do Processamento 26/01/2019	Nosso Número 29278650000021382-3
Uso do Banco	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	x Valor	(=) Valor do Documento 311,98
Texto de responsabilidade do beneficiário: APÓS VENCIMENTO, MULTA DE R\$ 10,00 MAIS JUROS DE 1,00%(R\$3,12) AO MÊS					(-) Desconto
					(-) Outras Deduções / Abatimento
					(+) Mora / Multa / Juros
					(+) Outros Acrecimos
					(=) Valor Cobrado

Pagador:

ENGLISH FOR LIFE LANGUAGES LTDA - ME - CCI IDIOMAS
R RIBEIRO DE BARROS, 262 - CENTRO**ID: 18731**